

Como o fantasma de Solano Rojas: a língua guarani, política e preconceitos linguísticos

Ada Cristina Machado Silveira

Andréa Franciele Weber

Maria Liz Benitez Almeida

Submetido em 15 de agosto de 2016.

Aceito para publicação em 14 de dezembro de 2016.

Cadernos do IL, Porto Alegre, n.º 52, mês de dezembro p. 461-478

POLÍTICA DE DIREITO AUTORAL

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- (a) Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License, permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
- (b) Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- (c) Os autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.
- (d) Os autores estão conscientes de que a revista não se responsabiliza pela solicitação ou pelo pagamento de direitos autorais referentes às imagens incorporadas ao artigo. A obtenção de autorização para a publicação de imagens, de autoria do próprio autor do artigo ou de terceiros, é de responsabilidade do autor. Por esta razão, para todos os artigos que contenham imagens, o autor deve ter uma autorização do uso da imagem, sem qualquer ônus financeiro para os Cadernos do IL.

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/index>

Sexta-feira, 30 de dezembro de 2016

23:59:59

COMO O FANTASMA DE SOLANO ROJAS: A LÍNGUA GUARANI, POLÍTICA E PRECONCEITOS LINGUÍSTICOS

LIKE THE SOLANO ROJAS' GHOST: THE GUARANI LANGUAGE, POLICIES AND LINGUISTIC PREJUDICES

Ada Cristina Machado Silveira¹
 Andréa Franciele Weber^{**}
 Maria Liz Benitez Almeida^{***}

RESUMO: O texto estuda as dinâmicas do contexto cultural da região da tríplice fronteira Puerto Iguazú – Foz do Iguaçu – Ciudad del Este, situada nos limites internacionais entre Argentina, Brasil e Paraguai. A análise articula a observação da língua Guarani, oficial no Paraguai, na atividade jornalística sobre as atividades comerciais. A abordagem teórica observa a perspectiva da liminaridade proposta por Mignolo (2003) e sua crítica ao colonialismo e a perspectiva enunciativa-discursiva. Parte-se de uma análise literário-cultural que visa comparar a situação expressada no conto *El trueno entre las hojas* do escritor paraguaio Augusto Roa Bastos. A partir da análise de três notícias veiculadas no site do jornal *Vanguardia*, de Ciudad del Este, Paraguai, avalia-se como as notícias denunciam a proibição imposta ao uso da língua Guarani aplicada aos trabalhadores paraguaios nos comércios voltados a atender clientes da tríplice fronteira. Buscando reconhecer na realidade representada no jornal aqueles elementos próximos à prosa ficcional, percebe-se a persistência de comportamentos pouco favorecedores da língua Guarani. A análise oportuniza avançar em considerações que, partindo da acusada normalidade do monolinguismo, pretende avançar sobre o conhecimento das dificuldades apontadas a uma Política de Línguas de promoção da inclusão do Guarani nos espaços públicos do Paraguai.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação; tríplice-fronteira; Guarani; política de línguas; Paraguai

ABSTRACT: The article studies the dynamics of the cultural context of the tri-border region of Puerto Iguazú-Foz do Iguaçu-Ciudad del Este, located in the international border between Argentina, Brazil and Paraguay. The review articulates the observation of Guarani language, the official language in Paraguay, in journalistic activity about commercial activities. The theoretical approach to look at the perspective of liminality proposed by Mignolo and his critique of colonialism and the enunciative-discursive perspective. Starting in a literary-cultural analysis that aims to compare the situation

¹ Doutora em Jornalismo. Professora de graduação e pós-graduação do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Pesquisadora do CNPq. E-mail: ada.silveira@ufsm.com

^{**} Doutora em Letras. Professora de graduação do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, campus de Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: andrea.weber@ufsm.br

^{***} Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Licenciada em Marketing e Publicidade pela Universidade Americana do Paraguai e em Letras Espanhol pela Universidade Federal de Santa Catarina, E-mail: lizbet3006@hotmail.com

expressed in the tale “The Thunder among the Leaves” of the Paraguayan writer Augusto Roa Bastos. From the analysis of three reports published on Vanguardia newspaper’s website, of Ciudad del Este, Paraguay, assesses how the news denounce the prohibition imposed on the use of Guarani language applied to the Paraguayan workers in trades to serve the tri-border customers. Seeking to recognize in reality represented in the newspaper those elements near fictional prose, we can see the persistence of some unfavorable behaviors through the Guarani language. The analysis provides an opportunity to advance in considerations that, based on the alleged normality of monolingualism, intends to advance on the knowledge of the difficulties pointed out to a language policy to promote the inclusion of Guarani in Paraguay’s public spaces.

KEYWORDS: *communication; triple-border; Guarani; language policy; Paraguay*

1. Introdução

O preconceito linguístico deriva de uma representação negativa da fala do outro ou da própria fala e, em geral, atinge línguas de povos com menor poder econômico, político ou cultural, bem como variedades de uma língua falada por grupos com menor prestígio na escala social ou por comunidades da área rural ou do interior de um Estado nacional. Em situações de preconceito linguístico, a divisão política da língua se instaura, então, com ainda mais força, restringindo e interditando os lugares de fala dos sujeitos em certo espaço de enunciação, trazendo muitas vezes graves prejuízos econômicos, sociais, culturais ou até psicológicos para seus falantes. No preconceito linguístico, fazem-se associações sem respaldo linguístico estrutural entre o domínio de determinadas formas linguísticas e apreciações estéticas de beleza ou feiura, elegância e deselegância, competência ou incompetência, inteligência ou burrice, para adotar os termos de Maria Scherre (2005).

Quando se considera o espaço de enunciação da tríplice fronteira Argentina-Brasil-Paraguai, o questionamento encaminha a reconhecer a que visões as línguas portuguesa, espanhola e guarani estão sujeitas e se elas estão envolvidas, de algum modo, em situações de preconceito linguístico. Mesmo se tratando de três línguas que funcionam como nacionais e oficiais de seus Estados nacionais, cada qual guarda uma historicidade própria que faz com que cada língua se inscreva a partir de diferentes posicionamentos sociais e significados para os sujeitos comunicantes. Nesse contexto de encontro plurilinguístico, cabe dar destaque ao Guarani, cuja origem indígena e recente reconhecimento político o colocam numa situação peculiar e consideravelmente distinta em relação ao Português e ao Espanhol. Trata-se de uma situação exemplar no Novo Mundo, cuja colonização promoveu as línguas neolatinas, consolidadas pelos Estados nacionais, seu sistema educativo e instrumentos linguísticos, como o ensino da língua oficial e promoção dos cânones discriminados nas denominadas literaturas nacionais.

Sendo assim, no contexto da tríplice fronteira, *Ciudad del Este* é uma das cidades onde se pode ver retratada a quebra das fronteiras culturais, apontada por Sandra Pesavento (2006). Além dos encontros para as trocas comerciais, há contatos linguísticos e deles emergem o que hoje é chamado por “Portunhol”, o encontro do Português com o Espanhol e, ao encontro entre o Português, Espanhol e Guarani, o denominado “Portuguaranhol”, conforme frisa José Albuquerque (2006).

Embora haja esse amálgama cultural apontado pelos pesquisadores, isso não ocorre em plena harmonia, sem conflito, sem entraves. Há, por certos setores, hierarquização dos valores culturais a serem reforçados e também está presente o

preconceito linguístico. A proibição de falar em Guaraní imposta aos funcionários da loja Bonita Kim, – conhecida loja de departamento da região – é uma barreira imposta a essa confluência de culturas e denota a existência do preconceito linguístico contra a língua nativa que ainda persiste em parcela da população, afetando as relações de trabalho no contexto de práticas comerciais. Tal proibição foi noticiada num jornal local.

O presente texto busca estudar as dinâmicas do contexto cultural da região da tríplice fronteira *Puerto Iguazú* – Foz do Iguaçu – *Ciudad del Este*, situada nos limites internacionais entre Argentina, Brasil e Paraguai. A análise articula a observação de referências à língua Guaraní, oficial no Paraguai, no noticiário produzido localmente sobre as atividades comerciais. A abordagem teórica conjuga a perspectiva da liminaridade proposta por Walter Mignolo (2003) em sua crítica ao colonialismo. Parte-se de uma análise literário-cultural que visa comparar a situação engendrada no conto *El trueno entre las hojas* do escritor paraguaio Augusto Roa Bastos com três matérias jornalísticas que veiculam a proibição de falar em Guaraní imposta aos trabalhadores de uma loja localizada em *Ciudad del Este*, Paraguai. O *corpus* empírico está detido na análise de três notícias veiculadas no site do diário *Vanguardia*, de *Ciudad del Este*, Paraguai. As notícias denunciam a proibição imposta aos trabalhadores paraguaios quanto ao uso da língua Guaraní em comércios dedicados a atender clientes da tríplice fronteira.

2. A normalidade do monolinguismo

Existe, nas sociedades atuais, um consenso sobre a normalidade do monolinguismo, analisa Henrique Monteagudo (2012). Tal consenso chegou a ser pautado e legitimado pelas políticas de línguas implementadas na América Latina com a emergência dos Estados nacionais, estabelecendo como paradigma o monolinguismo, colocando uma única língua nacional de origem europeia em detrimento das variedades linguísticas autóctones. Dentro desse paradigma, a possibilidade de falar mais de uma língua não encontrou respaldo oficial. Observa-se que tanto o bilinguismo como o plurilinguismo bem vistos nos dias atuais não são fenômenos restritos aos efeitos colaterais da globalização:

Por sinal, na Roma antiga, as elites eram bilíngues, pois não havia cidadão romano culto que não soubesse ler e falar em grego, que, além disso, era a língua comum ou franca em toda a metade oriental do Império (PALMER, 1984). Na Europa centro-ocidental do medievo os clerici ou letrados eram necessariamente bilíngues, pois a língua culta era o latim (WOLF, 1982). Na realidade, na medida em que o latim continuou a ser a língua da alta cultura, os eruditos europeus foram obrigadamente bilíngues até o século XVIII (MONTEAGUDO, 2012, p. 45).

O bilinguismo e plurilinguismo estão mais presentes em tempos transnacionais, as crenças na pureza das línguas, arraigadas a um território, estão cada vez mais enfraquecidas. Nesse contexto de interligação global, começam a reemergir línguas minoritárias não ocidentais – como é o caso do Quíchua – e línguas ocidentais – como o Catalão –, que foram silenciadas nos processos de nacionalização, tanto na América quanto na Europa (MIGNOLO 2003, p. 300). A essa situação de pensar entre duas línguas, Mignolo (2003) denominou de *pensamento liminar*, que seria uma forma de

descolonização intelectual, propondo a autonomia intelectual e o empoderamento para pensar sem o *outro*.

O nível político da língua opera nos chamados espaços de enunciação. Eduardo Guimarães (2005, p.18) os descreve como espaços de funcionamento de línguas, nos quais elas se “dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante”. É nos espaços de enunciação que os falantes se constituem como sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. O falante é, assim, não uma figura empírica, mas uma figura política constituída pelos espaços de enunciação. O próprio autor exemplifica essa conceituação com uma situação latino-americana: falar Português na América Latina é falar a língua de um Estado, em uma relação de convivência e de disputa com o Espanhol, que é língua oficial de vários Estados vizinhos. Reflexão semelhante podemos estabelecer para o Guarani: o que significa falar Guarani no Paraguai, onde essa língua convive em co-oficialidade com o Espanhol? E na região de tríplice fronteira, onde ambas as línguas entram em contato com o Português?

O conceito de Política de Línguas, na perspectiva de Orlandi (2002), entende que a política está presente não só na tematização formal de uma política linguística explícita, planejada, de caráter organizacional (em geral assumida pelos Estados nacionais), mas também na observação de processos menos evidentes, inscritos nos usos diferenciados das línguas, usos que também irão produzir diferenças em termos políticos. Desse modo, o político na língua se manifesta em todas essas instâncias, de modo mais ou menos evidente, como resultado de relações de poder, que se articulam tanto em nível governamental quanto no cotidiano das práticas linguísticas. Nas palavras de Orlandi (2002, p. 95) “falar é uma prática política no sentido amplo, quando se consideram as relações históricas e sociais de poder sempre inscritas na linguagem”. Nesse sentido, a língua não é entendida como um sistema de signos ou como uma ferramenta comunicacional, mas sim como um espaço de disputa de poder entre instâncias sociais que buscam controlar as práticas simbólicas internas em uma dada sociedade, tentando gerenciar a produção de sentidos (MARIANI, 2009).

Para compreender o caso da língua Guarani no contexto paraguaio, faz-se preciso desentranhar a formação cultural da América, lançando um olhar sobre o processo de colonialismo que trouxe consigo transformações linguísticas. Perambulando pelas diversas cidades do Brasil, é possível perceber que a língua Guarani não fica restrita aos limites territoriais do Paraguai, pois se observa que o uso das línguas indígenas acabou marcando a toponímia brasileira: Panambi, Mondai, Ivoti, Cunhaporã, Ponta Porã, Tupaciretã, Tupãssi, Iguiporã, Karapo. Isso porque:

Em grande parte, a população do Brasil colonial e imperial foi bilíngue e, não raro, plurilíngue. Naquelas épocas, o unilinguismo era fenômeno pouco comum. Nos Quinhentos, Seiscentos e Setecentos, a partir dos falares tupi-guaranis da costa, é provável que se tenham constituído línguas francas ou koinés, praticadas pelas comunidades subalternizadas e pelas elites coloniais (MAESTRI; CARBONI 1999, p. 85-86).

Fenômeno similar acontecia na região ocupada hoje pelo Paraguai; Meliá (1992, p. 108) relata que o Paraguai colonial falava predominantemente em língua Guaraní: “*Usar el español en el Paraguay era en la práctica ser un extraño y un extranjero*”. É possível apontar que a matriz cultural americana está atravessada pela mestiçagem e, ademais, marcada pelos cerceamentos e silenciamentos linguísticos intrínsecos à colonização e formação dos Estados nacionais.

Nesse sentido, para Guimarães (2005), nos espaços de enunciação existe uma divisão da língua com a qual o falante está identificado, a qual o permite dizer certas coisas e não outras, falar de certos lugares e não de outros, ter certos interlocutores e não outros. Pode-se pensar essa divisão para as variedades de uma mesma língua, em que existem diferenças entre o falar das classes urbanas cultas e dos setores rurais ou menos escolarizados, sendo o primeiro o modo de maior prestígio. Essa divisão pode ainda ser pensada em termos do uso de diferentes línguas em um mesmo espaço de enunciação. Assim, pode-se questionar em que situações o Guaraní ou o Espanhol podem ser usados ou têm seu uso interdito, que coisas podem ser ditas por meio dessas línguas e para quais interlocutores, conforme evocam as três matérias jornalísticas aqui analisadas.

A partir da perspectiva de Guimarães (2005), sujeitos falantes distribuem as línguas em categorias, gerando subdivisões políticas que constituem a própria política de línguas em voga em um determinado espaço enunciativo. Como resultado dessas categorizações, algumas línguas se difundirão rapidamente, enquanto outras caminharão para a extinção; algumas serão usadas em espaços públicos, enquanto outras serão reduzidas ao âmbito doméstico; entre outros inúmeros impactos sobre aquilo que a Política Linguística chama de “posicionamento das línguas na sociedade” (CALVET, 2007).

Para o espaço de enunciação da fronteira platina, ponto de encontro do Português, Espanhol e Guaraní, Andréa Weber (2013) identifica quatro categorizações fundamentais, nas quais os falantes distribuem as línguas, compreendendo a língua local, nacional, de integração regional e global. A essas categorizações a autora associa ainda outras noções igualmente políticas, que ajudam a constituir a significação das quatro primeiras, que são as categorias de língua estrangeira, materna, segunda e oficial.

A língua nacional, “é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo” (GUIMARÃES 2003, p. 48) e frequentemente, se vincula a um Estado-nação moderno. Frequentemente, também, os sentidos da língua nacional aparecem, no imaginário social, associados à outra categoria, a de língua oficial, a qual, nos explica o autor recém-citado, constitui “a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais”. Por fim, os sentidos de língua nacional se sobrepõem, muitas vezes, conforme Guimarães (2003, p. 48), aos de língua materna, embora esta esteja relacionada à origem social: “a língua materna é a língua cujos falantes a

praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a praticar; nesta medida ela é, em geral, a língua que se representa como primeira para seus falantes”.

Já a presença da língua local, conforme Weber (2013), adiciona uma língua de uso comunitário, com forte vinculação a um espaço socioterritorial, como o Guarani, o Portunhol e o Portuguaranhól na fronteira platina (WEBER; STURZA, 2015). Já a língua estrangeira, segundo essa autora, é aquela que é significada como sendo “do outro”, daquele que possui uma origem étnica ou nacional diferente. A língua-segunda contribui para compor a noção de local quando a entendemos pelo viés do bilinguajamento. E recorde-se Mignolo (2003) quando explica que se trata não do domínio de duas línguas, à semelhança do bilinguismo, mas de algo que vai além dele, um modo de pensar estando entre duas línguas. Eliana Sturza (2009, p. 20) considera produtiva a noção de bilinguajamento para as relações fronteiriças platinas atuais, em que os modos de vida e de organização social são sustentados na prática de “ter a presença do estrangeiro/outro como possível na sua relação cotidiana”.

O conceito de língua de integração regional se baseia nas discussões e ações recentes do Mercosul que, por meio de seu Comitê Assessor de Políticas Linguísticas (CAPL), procura delinear estratégias integradoras para esses países, a partir da mobilização das principais línguas que os conformam: o Espanhol, o Português e o Guarani. Dessa perspectiva, entendem-se as línguas não apenas como instrumentos de comunicação para fins pragmáticos, como os comerciais e políticos, mas como bens culturais indispensáveis para a construção de uma identidade regional. Para Navarra de Arnoux (2012), a integração exige que se construa uma trama em que Espanhol e Português, em uma condição de bilinguismo, estejam acompanhados do fortalecimento do Guarani, para que o conhecimento dessa língua seja transmitido, também com diferentes modalidades, à população não indígena. A difusão do Guarani no bloco permitiria maior integração entre os povos do Mercosul, porque ela traz elementos culturais sobre os quais está ancorada a história platina, que vinculam os países vizinhos uns aos outros e que constituem um aspecto fundamental da identidade regional.

A língua global constitui, por sua vez, uma noção que caracteriza uma língua de uso amplo, transnacional, mas estreitamente relacionada ao contexto da globalização, isto é, às relações econômicas, políticas e culturais por ela motivadas e sustentadas, seja em escala global, seja em escala regional (WEBER, 2013). Trata-se, então, de uma língua com poder internacional, mas não necessariamente em nível mundial, cuja posição é notoriamente atribuída à hegemonia do Inglês.

Para o caso da tríplice fronteira de Argentina-Brasil-Paraguai, aponta-se a presença marcada da prática de outras línguas que recentemente vieram a integrar-se em seu contexto em decorrência das atividades comerciais: o Árabe e o Chinês (MONTENEGRO; GIMENEZ, 2010). As redes organizadas pelas duas grandes comunidades provenientes do Oriente Médio e do extremo asiático colaboraram na introdução de outra novidade, a presença do alfabeto árabe e o chinês que, a par do latino, inauguram um ponto de extrema diversidade cultural num território de marcada tradição oral. A presença desses outros dois alfabetos, especialmente na descrição de produtos eletro-eletrônicos, no caso do chinês, e do árabe em produtos alimentícios, determina uma profunda diversidade num espaço que é considerado uma das maiores zonas portuárias do planeta, junto a Hong Kong e Miami (RABOSSI, 2001 *apud* SILVA 2008, p. 361). O crescimento econômico de Foz do Iguazu, junto a *Puerto Iguazú* e *Ciudad del Este*, um dos nove encontros tríplices que os limites territoriais do Brasil conhecem, oportunizou-se a partir de sua condição de referência internacional. Com a construção da Usina Hidroelétrica Binacional de Itaipu, cuja gestão é compartilhada por Brasil e Paraguai, sobreveio a alcunha de “capital mundial da energia elétrica”. Outro ingrediente agregado à região provém do atrativo turístico representado pelas Cataratas do Iguazu, eleitas como uma das “Sete maravilhas do mundo contemporâneo”, de acesso tanto por território argentino como brasileiro. Tal conjunto de elementos consagra uma conurbação de cidades de porte médio em território americano, uma experiência que Gustavo Ribeiro (2010) enquadra junto a outras de globalização popular frente ao sistema mundial não hegemônico.

A conjuntura referida estabelece-se em ambiente de línguas em contato. A distribuição das línguas nos espaços de enunciação está atrelada a uma representação que se têm delas, o que equivale, segundo Graciela Barrios (2009), à própria representação dos seus falantes. Essa representação das línguas e falantes pode estar permeada de preconceitos. Segundo conceito de Houaiss citado por Sírio Possenti (2011), preconceito linguístico corresponde a “qualquer crença sem fundamento científico acerca das línguas e de seus usuários, como por exemplo, a crença de que existem línguas desenvolvidas e línguas primitivas, ou de que só a língua das classes cultas possui gramática, ou de que os povos indígenas da África e da América não possuem línguas, apenas dialetos”. No fundo, explica Possenti (2011), o preconceito linguístico é um preconceito social sem fundamento que atinge falantes inferiorizados por alguma razão e por algum fato histórico.

No próximo tópico, o posicionamento social do Guaraní e sua significação para o povo paraguaio, o Estado nacional e seus vizinhos será aprofundado.

3. As Políticas Linguísticas de inclusão do Guaraní e seu status nos espaços públicos

Na América, no século XIX, para fortalecer a ideia de nação independente dos colonizadores europeus, considerou-se necessário que os países emergentes contassem com uma língua nacional, pois: “Um das armas poderosas para a construção de comunidades imaginadas homogêneas foi a crença numa língua nacional, ligada a uma literatura nacional, que contribuísse, no domínio da língua, para a cultura nacional” (MIGNOLO, 2003, p. 299).

Desse modo, o caso paraguaio é atípico nas Américas, pois a língua nativa se manteve na fala popular até os dias atuais, inclusive ganhando o estatuto de língua oficial na Constituição de 1992, junto com a língua espanhola. O processo de independência do Paraguai, em 1811, foi dirigido pela oligarquia crioula, que tinha domínio da língua Guaraní (MELIÁ, 1992). Porém, com a morte do primeiro ditador do Paraguai, José Gaspar Rodríguez de Francia, em 1840, seu sucessor, Carlos Antonio López, adotaria uma Política Linguística diferente, proibindo o uso do Guaraní nas escolas, como relata Meliá:

Indirectamente, sin embargo, Carlos Antonio López fortaleció sin pretenderlo el guaraní paraguayo, cuando en 1848 declaró cesado el régimen de ‘comunidades’ en que estaban los antiguos pueblos de indios y desterró el uso de los apellidos guaraníes. Castellanzada de palabra, esta gente seguía tan guaraní como antes en la palabra. Ahora traía un nombre español, habían dejado de ser ‘indios’, pero hablaban en guaraní (MELIÁ, 1992, p. 166).

O autor entende que esse processo definiu que um grupo de indígenas falantes do Guaraní passaria a formar parte da massa de paraguaios. Embora existisse uma proibição de Carlos Antonio López, quando da Guerra do Paraguai (1864-1870), é em um momento em que o povo paraguaio precisava sentir-se unido contra o inimigo externo, momento em que a língua Guaraní toma força, assim como patrimônio ancestral passa a integrar a identidade nacional (POZZO, 2007; MELIÁ, 1992). Finalizada a guerra, no entanto, a política contra a língua Guaraní é retomada: “[...] vista de nuevo como problema para el desarrollo moderno del Paraguay: el castellano es la civilización contra la barbarie del guaraní [...]” (MELIÁ, 1992, p. 169-170).

Na história da língua Guaraní no Paraguai, parece haver um processo cíclico, pois a língua nativa viria a cobrar vigor novamente na guerra do Chaco entre Bolívia e Paraguai (CRISTALDO, 2013). Esse fenômeno é também registrado por Meliá: “Como había sucedido en la Guerra Grande [Guerra do Paraguai ou da Tríplice Aliança], la Guerra del Chaco, entre 1932 y 1935, levantó el prestigio del guaraní. En esta guerra, el gobierno, por razones de seguridad, prohibió el uso del español en el campo de batalla” (MELIÁ, 1972, p.72-3).

Observa-se, no último século, o esforço de algumas iniciativas dentro da Política Linguística que buscam dar visibilidade à língua Guaraní em espaços públicos, dentre elas a criação da *Academia de la Lengua y Cultura Guaraní*, em 1940, e a *Asociación de Escritores Guaraníes* em 1960. Em 1967, a Constituição do Paraguai estabeleceu o Guaraní como língua nacional. Posteriormente, na Constituição de 1992, seria declarado que a língua Guaraní passava a ser a segunda língua oficial e nacional do país. Essa medida viu-se refletida na reforma educativa de 1994, que determinou o ensino

obrigatório da língua Guarani nas instituições educativas, dando início ao projeto de uma educação bilíngue. No ano de 2010 foi sancionada a *Ley de Lenguas* nº 4.251, que garante a pluriculturalidade e o uso de ambas as línguas oficiais.

No contexto regional, pode-se ver que o Guarani começou a ganhar reconhecimento. O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), que tinha como línguas oficiais o Português e o Espanhol, incluiu no ano de 2006 o Guarani. Atualmente, o Parlamento do Mercosul (PARLASUL) conta com tradução simultânea de Português/Guarani, Guarani/Português e Espanhol/Guarani (UNILA, 2014). Além disso, Argentina, Brasil e Bolívia, que fazem fronteira com o Paraguai, oficializaram o Guarani em algumas províncias e estados. A província de Corrientes (Argentina), por exemplo, promulgou o Guarani como segunda língua oficial no ano de 2004 (FERNÁNDEZ, 2008). No município de Tacuru, estado de Mato Grosso do Sul (Brasil), estabeleceu-se a língua Guarani como língua cooficial, conforme a lei 848/2010 (MARTINES; FRAGA, 2014). Em sua constituição de 2009, a Bolívia também reconheceu o Guarani como um de suas línguas oficiais.

Nos ambientes educativos, ainda no espaço regional, podemos ver a criação das Escolas Interculturais de Fronteira, localizadas nas cidades gêmeas, na faixa de fronteira do Brasil com Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Venezuela. São projetos que buscam desenvolver um modelo que considere a realidade linguística, cultural e social desses espaços locais (STURZA, 2014). Sendo um programa multilateral, vinculado ao Mercosul.

Dentro do contexto do Mercosul ainda, no ano de 2011, foi lançado o dicionário trilingue do Mercosul. O dicionário traz as três línguas oficiais do bloco, o Espanhol, o Português e o Guarani. Foi desenvolvido na Universidade Católica de Asunción, sob autoria de Domingo Aguilera Jiménez e José Maria Rodrigues, com o apoio da Embaixada do Brasil em Assunção e da Fundação *Tapé Avirú Paraguay* (ÁLVAREZ, 2012).

Atualmente, no contexto paraguaio, buscando outorgar mais acesso à língua, foram criados alguns sites de tradução do Espanhol para Guarani e do Guarani para o Espanhol (www.iguarani.com). Além disso, umas das redes sociais com maior quantidade de usuários, o Facebook, colocou o Guarani como uma das opções de línguas a serem escolhidas pelos usuários. Também o navegador Mozilla Firefox já disponibilizou uma versão em Guarani, sob o nome de *Aguara Tata*.

No plano jurídico, dadas as demandas linguísticas dos cidadãos, o Poder Judiciário do Paraguai implementou oficialmente o uso da língua Guarani em 2013 (<http://www.pj.gov.py/notas/8809-poder-judicial-implementa-oficialmente-el-uso-de-la-lengua-guarani>). A partir disso, começaram a ser ofertados cursos de língua Guarani, além do desenvolvimento de um dicionário de Guarani jurídico (<http://www.pj.gov.py/notas/9325-diccionario-guarani-para-uso-juridico-favorece-acceso-a-la-justicia>).

No plano da administração pública, no ano de 2015, foi lançado o primeiro decreto presidencial em língua Guarani. O decreto aprova os estatutos da *Academia de Lengua Guarani* e autoriza seu funcionamento jurídico (<http://www.ultimahora.com/emiten-primera-vez-un-decreto-presidencial-guarani-n902597.html>). Cabe mencionar que esse foi o primeiro decreto presidencial emitido em Guarani depois de 23 anos de oficialização da língua.

No plano comunicacional, *ABC Color*, jornal impresso de maior circulação no país, teve por primeira vez sua capa na língua nativa no ano de 2015, por ocasião do dia

da língua Guarani (www.montevideo.com.uy). O jornal foi fundado em 1967, mesmo ano em que a Constituição paraguaia estabeleceu que a língua Guarani se tornaria oficial. O jornal *Última Hora*, segundo jornal maior circulação, também aderiu a essa iniciativa. A publicação das capas foi uma homenagem rendida pelos jornais ao Guarani pela data festiva. O jornal ABC Color, nos últimos anos, vem publicando algumas notícias em língua Guarani em sua versão online. Outros jornais de menor circulação e de menor prestígio têm algumas interferências da língua Guarani. Entre esses jornais estão o *Popular* e *Crónica*. Também se pode destacar que desde o ano de 2004 está disponível um canal a cabo chamado *Ayvu Marane'y*, que, traduzido, significa “A palavra sem mal”, emitindo programas documentais em língua Guarani e sobre a cultura e língua Guarani (ayumareney.blogspot.com.br).

No entanto, apesar desses avanços ocorridos principalmente nos últimos anos, ainda há resquícios de resistência e, muitas vezes, até preconceitos em relação às práticas idiomáticas. Uma prova nesse sentido é o fato de que o primeiro decreto presidencial foi publicado apenas em 2015. No Poder Judiciário o Guarani passou a ser ensinado apenas a partir de 2013. Essas conquistas recentes dão testemunho da relegação da língua Guarani ao espaço privado, dando prioridade ao Espanhol no espaço público.

Quanto a esses aspectos, Zajicová (2004) apontava que, apesar das reformas recentes para a inclusão do Guarani nos espaços públicos do Paraguai, ainda era muito visível a ausência do Guarani na vida política, administrativa e meios de comunicação do país. Apesar das políticas de línguas que buscaram colocar o Guarani num patamar equivalente à língua espanhola, o falante da língua nativa ainda carrega sobre si o estigma do preconceito e do desprestígio. Apesar de ser uma língua oficial “*El guaraní está ausente de lo que puede llamarse vida moderna: tecnología, comercio, cultura formal, administración pública*” (MELIÁ, 2012, p. 90).

4. A língua Guarani na ficção de Roa Bastos

O conto de Roa Bastos *El trueno entre las hojas* (O trono entre as folhas), escrito no ano de 1953, tem como protagonista Solano Rojas, um trabalhador que participa de uma revolta contra seu patrão, dono de um engenho de cana de açúcar. Solano Rojas passa a liderar a revolta dos trabalhadores do engenho e pretendia libertá-los do seu tirano patrão estadunidense, Harry Way. Conforme a trama, tanto Simón Bonaví, judeu-espanhol (dono anterior do engenho), como Harry Way, não tinham domínio da língua local, o Guarani. Os trabalhadores recorriam à língua nativa para expressar seus desafogos, suas impotências, suas raivas e, muitas vezes, para dirigir burlas aos seus patrões. O uso de apelidos pejorativos como, por exemplo, aquele atribuído ao patrão estadunidense, *Guey-pytá*, que significa boi vermelho, em alusão a sua pele queimada e a suas dimensões físicas pouco discretas.

Outra peculiaridade da obra é que o autor busca retratar a fala popular de seus personagens. Observa-se que a língua falada pelos trabalhadores é uma linguagem híbrida de Espanhol e de Guarani, conhecido atualmente como *Jopará*. Suas características envolvem certo afastamento das estruturas gramaticais consagradas do Espanhol, o que o aproxima à oralidade popular. O mesmo acontece com os padrões estrangeiros, que têm dificuldades de falar a língua espanhola. Essa dificuldade é

retratada nas linhas do conto ao registrarem-se os equívocos quanto ao gênero das palavras, próprios de falantes anglo-saxões.

Aponte-se que um registro especial da narrativa consiste no seguinte trecho: “*No olviden kená, che ra'ykuera, que siempre debemo' ayudarno' lo uno a lo' jotro, que siempre debemo' etar unido. El único hermano der verdá que tiene um pobre ko' e' otro pobre*” (BASTOS, 2007, p. 3). A citação, numa tradução livre, diz: “Não se esqueçam, meus filhos, que sempre devemos ajudar uns aos outros, que sempre devemos estar unidos. O único irmão de verdade que tem um pobre é um outro pobre”. A afirmação atribuída ao protagonista o caracteriza como uma liderança dotada de espírito comunitário.

O conto é narrado por um narrador heterodiegético em analepse. Os personagens estão situados no tempo presente da história e a narrativa começa anunciando os feitos do fantasma de Solano Rojas, um antigo habitante da região.

Conforme análise literária realizada por Barzotto (2011), o uso da língua Guarani por parte dos personagens de Roa Bastos expressaria uma estratégia de resistência do sujeito local com a finalidade de marcar sua identidade perante o forasteiro, o estrangeiro, o colonizador. Note-se que o refúgio na língua nativa assinalado pelo autor também foi apontado por distintos autores como Bartolomeu Meliá (1991), Eduardo Cristlado (2013) e Aníbal Orué Pozzo (2007) como estratégia remarcada tanto durante a Guerra do Paraguai como a Guerra do Chaco.

5. A língua Guarani nas notícias do jornal *Vanguardia*

Buscando reconhecer na realidade representada no jornal aqueles elementos próximos da prosa ficcional, percebe-se a persistência de comportamentos pouco favorecedores à língua Guarani. A análise oportuniza avançar em considerações que, partindo da acusada normalidade do monolinguismo, pretendem avançar sobre o conhecimento das dificuldades apontadas a uma Política de Línguas de promoção da inclusão do Guarani nos espaços públicos do Paraguai. Desse modo, tendo presente as características da literatura de Roa Bastos, procedeu-se a uma leitura do caso de preconceito linguístico noticiado em *Vanguardia*, jornal local de *Ciudad del Este*.

No mês de fevereiro de 2014, foram veiculadas três matérias jornalísticas, noticiando a proibição aos funcionários da loja Bonita Kim de se comunicarem em Guarani diante de clientes. No dia 19 de fevereiro de 2014, surge a primeira nota intitulada “*Dueños de Bonita Kim prohíben a sus empleados hablar el guaraní*”, que, para a análise, denominaremos de “matéria 1”. No dia 22 de fevereiro, surge outro texto sob o título “*Silencio cómplice sobre caso Bonita Kim*” “matéria 2”. No dia 26 de fevereiro, veicula-se outro texto intitulado: “*Ediles repudian a gerentes de Bonita Kim que prohíben hablar en guaraní*” “matéria 3”.

A loja Bonita Kim, protagonista das notícias, é um estabelecimento organizado como loja de departamento que comercializa roupas, eletrodomésticos. De propriedade de empresários coreanos, radicados no Paraguai, e se encontra situada num ponto privilegiado do centro comercial de *Ciudad del Este*. Com acesso pela avenida San Blás, seu público alvo é composto principalmente por compradores estrangeiros, especialmente brasileiros e argentinos.

A análise comparativa entre o conto *El trueno entre las hojas* e as matérias jornalísticas acima mencionadas concentra-se em três aspectos: nas relações de trabalho no comércio, na denúncia do silenciamento do Guarani no jornal e, também, no silenciamento pelo Guarani no jornal.

6. O Guarani nas relações de trabalho no comércio

A relação trabalhista entre os personagens de “*El trueno entre las hojas*” pode ser tomada como metáfora para entender o caso noticiado pelo jornal *Vanguardia*. No que diz respeito aos sujeitos da relação de trabalho, pode-se dizer que, assim como no conto, os empregados de Bonita Kim são paraguaios, residentes no seu país, partilham de uma mesma cultura e cultivam o uso das línguas Espanhol e Guarani. Em ambos os casos, os patrões são estrangeiros. No conto, os patrões eram um judeu e um norte-americano; no caso ocorrido em *Ciudad del Este*, os patrões são coreanos. Os primeiros estavam a explorar as possibilidades do Paraguai rural, enquanto os segundos se radicaram no país pelas facilidades das trocas comerciais na região da tríplice fronteira.

A natureza da relação de trabalho entre os personagens do conto e os da notícia também trazem elementos de similitude. Na matéria 1, embora traga no título e como fio condutor a proibição imposta aos funcionários de falar a língua Guarani, trata em boa parte da matéria da condição de trabalho em que se encontrariam os paraguaios. O texto inicia da seguinte maneira: “*Los empleados de las grandes galerías comerciales de Ciudad del Este son prácticamente explotados por los patronos*” (VANGUARDIA, 2014), o trecho pode ser comparado com o conto de Roa Bastos, que relata a maneira como os trabalhadores do engenho são explorados.

O jornal *Vanguardia* denuncia que, dentre as irregularidades trabalhistas, encontra-se a denúncia de registro fictício das horas de trabalho. Os empregados bateriam ponto em momento posterior ao de sua entrada, evitando-se, assim, a fiscalização do Ministério do Trabalho. Essa prática é uma forma de violação dos direitos dos trabalhadores, já que deixam de ganhar horas-extras. Semelhante situação de violação aos direitos trabalhistas teria sido um dos motivos pelos quais se rebelam os trabalhadores do engenho de Roa Bastos, que “*Tomaban sus vales y se iban al almacén de la proveeduría que chupaba sus jornales a cambio de provistas y ropas diez o veinte veces más caras que su valor real*” (BASTOS, 2007, p. 9). A matéria 2 também dá ênfase na situação laboral dos funcionários e denuncia a falta de atuação do Ministério do Trabalho “*Responsables del Ministerio de Justicia y Trabajo (MJT) aún no actuaron sobre las arbitrariedades que sufren los empleados del shopping Bonita Kim de Ciudad del Este*” (VANGUARDIA, 2014).

Observamos assim que existe uma relação assimétrica entre os trabalhadores e os patrões do conto e das matérias. As posições sociais desses sujeitos, conforme explica Guimarães (2005), permite que os falantes possam falar desde determinados lugares, autorizado e interditando seus dizeres. A posição social do patrão permite que este possa determinar a língua a ser utilizada pelos seus trabalhadores.

7. O silenciamento da língua Guarani noticiado por *Vanguardia*

Corresponde esclarecer que, neste trabalho, procede-se à análise da representação da proibição do uso da língua Guaraní. O caso principal é tratado com maior explanação na última notícia do mês de fevereiro, a matéria 3. Na notícia, são apresentados diversos enunciadores: quatro vereadores, o presidente da Associação de Trabalhadores e Comerciantes da cidade, além do presidente do *Grupo empresarial y de trabajo de Ciudad del Este* (Fedecamaras). Quase todos os enunciadores expressaram sua indignação perante a normativa da loja. A matéria inicia da seguinte forma:

Concejales municipales criticaron duramente la prohibición de hablar el guaraní en el shopping Bonita Kim de Ciudad del Este. Los ediles expresaron su repudio con respecto al hecho y solicitan la intervención del Juzgado de Faltas y del Ministerio de Justicia y Trabajo ante el abuso de los comerciantes y empresarios extranjeros que estarían violando el Art. 140 de la Constitución, que establece como idiomas oficiales del país, el español y el guaraní (VANGUARDIA, 2014).

Revive-se, assim, o Paraguai descrito no conto de Roa Bastos, no qual está vedado ao paraguaio expressar-se por meio de sua língua ancestral por exigência imposta pelo estrangeiro. Vê-se, assim, uma hierarquização, na qual o estrangeiro é mais importante que o nacional, o patrão e o cliente têm a primazia, em detrimento até da escolha da língua do empregado. A proibição de falar na língua constitucionalmente estabelecida é vista como “*Estrategia de venta*” (matéria 3). Nota-se a hipervalorização do global, ao se dar importância às línguas de matriz eurocêntrica, em detrimento da língua local.

Podemos perceber assim que há uma divisão política da língua que interdita uma e valoriza a outra, restringindo os lugares de fala dos Guaraní-falantes. A língua falada por esses trabalhadores, que ocupam um lugar inferior social e economicamente perante seus patrões, é desvalorizada.

8. O silenciamento da língua Guaraní em *Vanguardia*

No conto de Roa Bastos, o Guaraní é utilizado pelos personagens para expressarem seus desafios, suas impotências, suas raivas e, muitas vezes, burlas direcionadas aos seus patrões estrangeiros. No jornal *Vanguardia*, os enunciadores, assim como o enunciatário, usam a língua espanhola para expressarem sua indignação perante a proibição de falar em Guaraní imposta pelos patrões estrangeiros a seus funcionários paraguaios. Observa-se assim que, para a defesa da língua nativa, recorre-se à língua do colonizador. Isso vai ao encontro ao apontado por Meliá (2012), que chama a atenção para o fato de que o Guaraní, apesar de ser uma língua oficial, ainda se encontra ausente da vida moderna, como da tecnologia, da vida formal, do comércio, da administração pública. Desse modo, embora com ares de suposta oficialidade, o Guaraní não tem os atributos característicos de uma língua oficial, nem é usado, em regra, em ocasiões oficiais.

Vemos assim que a língua nativa parece não ter *status* público, pois fica restrita ao ambiente das relações privadas: a conversa em casa, o tererê com os amigos, as piadas, os relatos. Para uma comunicação pública, como é o caso do jornalismo, é hegemônica a presença da língua espanhola. Esse fenômeno foi apontado por Zajicová (2004), que sustenta que o Guaraní ainda não teria encontrado um espaço nos meios de

comunicação. A Roa Bastos não passou despercebido esse desconforto surgido do acoplamento do Guaraní ao Espanhol. Em relação ao Guaraní alertava que:

[...] la parte idiomática es fatal. Comparando con el castellano, son dos regímenes muy diferentes, allí donde hay un adjetivo, ahí no hay nada en guaraní y al revés también, hay muchos elementos así. Y después está la cuestión de que no se practica el guaraní (PECCL, 2007, p. 114).

Observa-se assim que, no contexto atual paraguaio, aplica-se o fenômeno apontado por Walter Mignolo (2003, p. 310), pois se perpetua umas das heranças da colonização: os discursos sobre as línguas “[...] que situa o linguajamento das potências colônias acima de outras práticas linguísticas e culturais”. *Vanguardia* utiliza a língua do colonizador para realizar a defesa da língua nativa, sem dar conta do paradoxo implícito, pois, embora que não haja Harry Way ou padrões coreanos que vedem o uso do Guaraní na redação do jornal, ainda assim a opressão do colonizador vaga no imaginário dos jornalistas, que não ousaram transmitir a notícia na língua ancestral. Talvez por medo dos Harry Ways, talvez por interesses mercadológicos. O fato é que não usam a língua que noticiam como vilipendiada.

9. Considerações finais

A partir de notícias sobre o silenciamento da língua Guaraní no jornal *Vanguardia*, foi possível pensar como histórias locais podem desenhar o global, ainda que num contexto de globalização periférica (RIBEIRO, 2010) no propósito apontado por Mignolo (2003). Ao abstrair o fenômeno do Guaraní do contexto paraguaio, é possível encontrar experiências similares em outras culturas no marco da defesa das excepcionalidades culturais, como as Políticas de Línguas implementadas na Espanha pós-franquista, que permitiram as línguas minoritárias começar a ganhar vigor (HERRERAS, s.d.). Outra situação pode ser encontrada no Canadá, onde os usos linguísticos diferem do estabelecido pelo Estado canadense, que prescreve o Inglês como língua oficial, mas permite a excepcionalidade cultural do uso do Francês na província do Québec (MIALHE, 2015).

O contato entre as línguas espanhola, portuguesa e Guaraní perpassa os limites nacionais e se estende ao longo dos territórios da Bacia do Rio da Prata. Nesse sentido, em 2004, a província de Corrientes, Argentina, oficializou a língua Guaraní por meio da Lei nº 5598 (ZAMBORAIN, BENGOCHEA e SARTORI). No entanto, uma oficialização nem sempre garante o uso em situações formais de comunicação, como é observado no contexto paraguaio.

Embora existam Políticas de Línguas estabelecidas na Constituição e outros atos normativos, observa-se que ainda há resistência à língua nativa na esfera pública, seja por ser uma língua predominantemente oral, seja pelas dificuldades de normalização gramatical, seja pelo preconceito linguístico que continua impregnado no imaginário paraguaio.

Desse modo, a partir da análise das notícias em *Vanguardia*, foi possível encontrar indícios de preconceito e resistência ao uso da língua nativa. Preconceito que está calcado nos discursos e políticas implementadas no Paraguai. O panorama paraguaio se complexifica quando se percebe o crescente uso de línguas completamente

novas naquele espaço, como variações do árabe e do chinês, por conta da maciça imigração de comerciantes.

No entanto, retornando ao conto analisado e à realidade social enunciada no jornal, há uma hierarquização nas relações sociais que dita a comunicação interpessoal e que está registrada na atividade jornalística. Comerciantes estrangeiros investidos do papel de patrões, na busca de atrair clientes estrangeiros, promovem o silenciamento de uma língua em benefício de intercâmbios comerciais, sem temor de submeter seus trabalhadores a constrangimentos linguísticos. Trata-se de uma situação que potencializa a reflexão de Meliá (2012, p.89) quando argumenta: “*En verdad todos somos fronterizos y muy pocos traspasamos nuestras propias fronteras*”.

Finalmente, faz-se necessário constatar que há o silenciamento ainda no próprio jornal, pois embora se pregue a defesa da liberdade de falar o Guarani, é a língua espanhola a que é considerada mais adequada para ocupar seu espaço. Embora se tenha implementado diversos instrumentos, frutos de Políticas de Línguas que garantam o uso oficial do Guarani, a língua fica restrita à oralidade e ao espaço íntimo, sequer utilizado para denunciar seu próprio silenciamento. Assim como o fantasma de Solano Rojas persistia na memória dos habitantes da região, o Guarani persiste como língua de resistência a novas formas de colonização.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José. L. C. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos "brasiguaios" entre os limites nacionais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 15, n. 31, Janeiro 2006.

ALFONSO, Haroldo. D. Los complejos urbanos transfronterizos en América Latica. *Estudios fronterizos, nueva época*, v. 16, n. 31, p. 15-38, janeiro 2015.

ÁLVAREZ, Maria Luisa. Diccionario Trilingüe del Mercosur. *Abehache*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 279-282, 2012.

AYVY MARANE'Y. AYVU MARANE'Y: TELEVISION EN GUARANI, 2009. Disponível em: <<http://ayvumareney.blogspot.com.br/2009/09/ayvu-maraney-television-en-guarani.html>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

BARRIOS, Graciela. El tratamiento de la diversidad lingüística en el debate educativo: paradigmas teóricos, representaciones y políticas lingüísticas. In: ALONSO, C. M.; CARVALHO, Maria. (Org). *IV Encontro Internacional de Pesquisadores de políticas linguísticas*. 2009. Anais... Santa Maria, UFSM, 2009. p. 23-31

BARZOTTO, Leone Libertação Narrativa em Roa Bastos. *Gláusk*, v. 11, n. 2, p. 135-150, 2011.

BASTOS, Augusto. R. *El trueno entre las hojas*. Asunción: Sevilibro, 2007.

CALVET, Louis-Jean *As políticas lingüísticas*. São Paulo: Parábola Editorial/Ipól, 2007.

CRISTALDO, Eduardo. C. Nacionalismo cultural paraguayo en la obra de Emiliano R. Fernández en el contexto de la Guerra del Chaco entre Bolivia y Paraguay(1932/1935). Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales, Asunción, v. 9, n. 1, 2013.

GUARANI. I Guarani. Dicionario y traductor, 2012. Disponível em:
<<http://www.iguarani.com/>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e política de línguas no Brasil. Revista Letras, n.27, p. 47-53, 2003. Disponível em:
<<http://w3.ufsm.br/revistalettras/letras27.html>> Acesso em: 12 mai. 2011.

_____. Semântica do acontecimento. Campinas: Pontes, 2005.

POLÍTICAS DE NORMALIZACIÓN LINGÜÍSTICA EN LA ESPAÑA DEMOCRÁTICA.

HERRERAS, José Carlos. Políticas de normalización lingüística en la España democrática, Actas XVI Congreso AIH. Disponível em:
http://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/16/aih_16_2_021.pdf Acesso em 10 maio 2016.

Instituto de Investigação e Desenvolvimento de Política Linguística, 2015. Disponível em: <<http://e-ipol.org/paraguay-emiten-por-primera-vez-un-decreto-presidencial-en-guarani/>> Acesso em: 15 ago. 2015.

MAESTRI, Mário.; CARBONI, Florence. Corrigir e dominar: considerações sobre língua, história e poder no Brasil. Revista de Filosofia e Ciências Humanas, Passo Fundo, v. 2, n. 1, p. 85-114, 1999.

MARIANI, Bethania. Quanto vale uma língua? O apagamento do político nas relações econômicas e linguísticas. Revista Encontros de Vista. Ed. 2, p. 1-12, jul/dez 2009. Disponível em:
<http://www.encontrosdevista.com.br/Artigos/QUANTO_VALE_UMA_LINGUA_O_APAGAMENTO_DO_POLITICO_NAS_RELACOES.PDF> Acesso em: 21 fev. 2011.

MELIÁ, Bartolomeu. La lengua guarani del Paraguay. Madrid: Mapfre, 1992.

_____. La interculturalidad y la farsa del bilingüismo. Abehache, São Paulo, ano 2, n. 2, 1º semestre, 2012. Disponível em:
<<http://www.hispanistas.org.br/arquivos/revistas/sumario/revista2/89-94.pdf>> Acesso em 09 maio 2016.

_____. LENGUAS INDÍGENAS EN EL PARAGUAY Y POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS. Currículo sem Fronteiras, v. 10, n. 1, p. 12-32, 2010.

MIALHE, Jorge Luís. O direito à proteção das minorias linguísticas e seu reflexo no sistema educativo de Québec. RIL, Brasília a. 52 n. 207 jul./set. 2015 p. 27-44. Disponível em:
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/514155/RIL207.pdf?sequence=1#page=29> Acesso em 9 maio 2016.

MIGNOLO, Walter. Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

- MONTEAGUDO, Henrique. A invenção do monolinguismo e a língua nacional. Gragoatá, Niterói, v. 45-53, n. 32, 2012.
- MONTENEGRO, Silvia. La triple frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay: globalización y construcción social del espacio. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara, 2007.
- MONTENEGRO, Silvia; GIMENEZ, B. Verónica. La triple frontera: globalización y construcción social del espacio. Buenos Aires: Miño D'Ávila, 2010.
- MONTIVIDEO PORTAL. ABC COLOR PUBLICÓ POR PRIMERA VEZ LAS NOTICIAS EN GUARANÍ, 2015. Disponível em: <<http://www.montevideo.com.uy/auc.aspx?282161>>. Acesso em: 25 mar. 2016.
- NAVARRA DE ARNOUX, Elvira. [Entrevista disponibilizada em 10 de setembro de 2012, pelo Jornal Página12]. Lo lingüístico es fundamental para la integración regional. 2012. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/dialogos/21-203013-2012-09-10.html>> Acesso em: 28 out. 2012.
- OLIVEIRA, Elismênnia. A.; PINTO, Joana. P. Linguajamentos e contra-hegemonias epistêmicas sobre linguagem em produções escritas indígenas. Linguagem em Discurso. Tubarão, 2011. p. 311-335.
- ORLANDI, Eni. Língua e conhecimento linguístico: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.
- OTA, Daniela. C. Mapeamento da mídia fronteiriça em Mato Grosso do Su. In: MOREIRA, S. V. Geografias da Comunicação: espaço de observação de mídia e de culturas. São Paulo: INTERCOM, 2012. p. 203-2013.
- PECCI, A. Roa Bastos: vida, obra y pensamiento. Assunção: Servilibro, 2007.
- PESAVENTO, Sandra. J. Fronteiras culturais em um mundo planetário: paradoxos da(s) identidade(s) Latinoamericana(s). Revista do CESLA, Varsóvia, v. 8, p. 9-19, 2006.
- PODER JUDICIAL. Curso de guaraní paraguayo para el ámbito jurídico, 2013. Disponível em: <<http://www.pj.gov.py/notas/9063-curso-de-guarani-paraguayo-para-el-ambito-juridico>>. Acesso em: 27 mar. 2016.
- PODER JUDICIAL. Dicionario guaraní para uso jurídico favorece acceso a la Justicia, 2013. Disponível em: <<http://www.pj.gov.py/notas/9325-diccionario-guarani-para-uso-juridico-favorece-acceso-a-la-justicia>>. Acesso em: 27 mar. 2016.
- POSSENTI, Sirio. Preconceito linguístico. Ciência Hoje. 23 dez. 2011. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/palavreado/preconceito-linguistico>> Acesso em 25 mar. 2016.
- POZZO, Aníbal. O. Periodismo en Paraguay: estudios e interpretaciones. Asunción: Arandurã, 2007.
- QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. In: LANDER, O. E. Colonialidade do poder. Eurocentrismo e América Latina. São Paulo: CLACSO, 2005. p. 117-139.

RABOSSI, Fernando. ¿Cómo pensamos la Triple Frontera? In: BÉLIVEAU, O. V. G.; MONTENEGRO, Silvia. La triple frontera: Dinámicas culturales y procesos transnacionales. Buenos Aires: Editorial Espacio, 2010.

RIBEIRO, Gustavo.L. A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. RBCS, v.25, n.74, out 2010. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v25n74/a02v2574>> Acesso em 10 maio 2016.

SCHERRE, Maria.M.P. Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola, 2005.

SILVA, Regina. C. M. e. Reordenação de identidade de imigrantes árabes em Foz do Iguaçu. Trab. linguist. apl., Campinas , v. 47, n. 2, p. 357-373, Dec. 2008 . Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132008000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 Maio 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-18132008000200006>.

SILVEIRA, Ada. C. M. Periferias e ambivalência comunicacional: imaginário e cobertura jornalística sob a mão forte do estado. LOGOS 38 Realidade e Ficção, v. 20, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/7715>> Acesso em: 15 ago 2015.

STURZA, Eliana. Políticas linguísticas e globalização: fronteiras, histórias locais e políticas linguísticas. In: ALONSO, C. M.; CARVALHO, M. (Org). Encontro Internacional de Pesquisadores de políticas linguísticas. 4. Anais... Santa Maria, UFSM, 2009. p. 19-22.

ÚLTIMA HORA. Emiten por primera vez un decreto presidencial en guaraní, 2015. Disponível em: < <http://www.ultimahora.com/emiten-primera-vez-un-decreto-presidencial-guarani-n902597.html>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

WEBER, Andréa. F. Política de línguas e mídia no Mercosul: um estudo enunciativo de jornais de fronteira. 2013. 226 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

_____. Como os meios de comunicação integram e separam nações? Um olhar sobre a história da imprensa fronteiriça na Bacia do Rio da Prata. Revista Brasileira História da Mídia, v. 3, n. 1, p. 105-113, 2014.

WEBER, Andréa. F.; STURZA, Eliana. Línguas e imaginário na fronteira platina. In: RADDATZ, O. Vera.; MULLER, Karla. Comunicação, cultura e fronteiras. Ijuí: Unijuí, 2015. v. 1, p. 39-61.

ZAMBORAIN, R.; BENGOCHEA, N.; SARTORI, F. Una aproximación a la política lingüística en la provincia de Corrientes en torno al caso guaraní y el portugués. Disponível em: < <http://www.linguasur.com.ar/panel/archivos/127d6e4a82ce58389a4648773d6c6405BengocheaSartoriZamborainCorrientes.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2015.